



DEMOCRATIZAÇÃO E INCLUSÃO EDUCACIONAL: O PAPEL DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

MARCELO DUARTE GUILHERME ESTRELA; VITÓRIA LARISSA DE ANDRADE
FERNANDES; LAIANE GOMES MACÁRIO; JAINE MARIA DA SILVA; ARTUR
FRANCISCO ANTUNES DE SOUSA

RESUMO

A educação a distância (EaD) tem se consolidado como uma modalidade essencial para a democratização do ensino e a inclusão educacional, especialmente em países como o Brasil, marcados por desigualdades sociais e regionais. Este estudo analisou como a EaD contribui para ampliar o acesso à educação e superar barreiras estruturais e tecnológicas, destacando suas potencialidades e desafios. O objetivo geral foi examinar o papel da EaD na promoção da inclusão educacional, enquanto os objetivos específicos incluíram compreender as transformações promovidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), identificar desafios enfrentados pela modalidade e propor estratégias para o aprimoramento de sua eficácia. Adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em revisão bibliográfica e análise interpretativa de dados secundários. Os resultados evidenciaram que a EaD, impulsionada pelo avanço das TICs, tem possibilitado maior personalização do ensino e ampliado as oportunidades educacionais, especialmente para grupos historicamente marginalizados. No entanto, desafios como a falta de infraestrutura tecnológica, o acesso desigual à internet e a necessidade de preparo docente foram destacados como entraves ao pleno potencial da modalidade. A pandemia da COVID-19, embora tenha acelerado a adoção de práticas a distância, também expôs a diferença entre EaD planejada e o ensino remoto emergencial, reforçando a necessidade de planejamento pedagógico adequado. Conclui-se que a EaD tem um papel central na democratização do ensino no Brasil, mas exige investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação docente e desenvolvimento de políticas públicas que garantam a inclusão digital e a equidade educacional. Estudos futuros devem explorar abordagens empíricas e comparativas para ampliar a compreensão sobre a efetividade da EaD e identificar práticas inovadoras que possam fortalecer seu impacto transformador.

Palavras-chave: Tecnologias Educacionais; Inclusão Digital; Democratização do Ensino.

1 INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) tem se consolidado como uma modalidade de ensino de crescente relevância no Brasil e no mundo. Essa expansão está intrinsecamente ligada ao avanço da internet, que transformou os modos de produção, compartilhamento e acesso ao conhecimento. As plataformas digitais permitem que alunos e professores se conectem em espaços virtuais, rompendo barreiras geográficas e ampliando as possibilidades de aprendizado. No Brasil, a EaD vem desempenhando um importante papel na promoção da inclusão educacional, especialmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Comunidades rurais, periféricas e outros grupos historicamente marginalizados encontram na modalidade a oportunidade de acessar conteúdos e certificações antes restritos a espaços presenciais. A flexibilidade e a acessibilidade dos cursos à distância tornam essa modalidade relevante para diversos perfis de estudantes, incluindo trabalhadores, pais e pessoas com necessidades específicas.

A consolidação da EaD no Brasil pode ser observada no aumento expressivo do número de vagas oferecidas nos últimos anos, destacando-se o crescimento de 84% entre 2019 e 2023. Nesse mesmo período, a modalidade presencial apresentou redução de 9%, conforme o Censo da Educação Superior do Inep (Plascak; Bibiano, 2024). Esse movimento já era evidente desde 2018, quando os cursos EaD atraíam quase 40% dos ingressantes no ensino superior. Fatores como o custo reduzido das mensalidades e a diminuição dos financiamentos estudantis via Fies contribuíram para essa expansão. Durante a pandemia de covid-19, a necessidade de isolamento social e o avanço das tecnologias educacionais aceleraram ainda mais a adoção da EaD, ampliando o acesso ao ensino superior, especialmente para grupos sociais mais vulneráveis (Plascak; Bibiano, 2024).

Além disso, a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ambiente educacional possibilitou a expansão da EaD e modificou a forma como o ensino e a aprendizagem são concebidos. Ferramentas como plataformas de aprendizagem, ambientes virtuais interativos e recursos multimídia têm permitido maior personalização do ensino, possibilitando que estudantes com diferentes perfis e necessidades avancem no processo educativo de acordo com seus próprios ritmos e estilos de aprendizagem (Simão et al., 2023). No entanto, essa transformação tecnológica exige investimentos em infraestrutura e esforços na formação continuada de docentes e na elaboração de estratégias pedagógicas que aproveitem plenamente o potencial dessas ferramentas, garantindo a eficácia da modalidade e a inclusão de populações historicamente marginalizadas.

Assim, o crescimento acelerado da EaD traz à tona questionamentos sobre sua efetividade, especialmente diante das persistentes desigualdades estruturais que caracterizam o cenário educacional brasileiro. A carência de infraestrutura tecnológica em escolas e comunidades, associada à disparidade no acesso à internet de qualidade, evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a inclusão digital. Além disso, o preparo técnico insuficiente de docentes e estudantes para utilizar ferramentas digitais representa um entrave à plena realização do potencial da EaD. Todavia, a implementação de programas que busquem expandir e qualificar a EaD, aliada a investimentos em formação continuada, recursos tecnológicos acessíveis e estratégias pedagógicas inovadoras, abre possibilidades promissoras para consolidar a modalidade como um instrumento de democratização da educação e superação de desigualdades históricas.

Dessa forma, a realização deste estudo justifica-se pela relevância crescente da EaD como modalidade capaz de promover inclusão educacional e democratizar o acesso ao ensino em um país com desafios estruturais e sociais como o Brasil. Ao investigar a contribuição da EaD para a superação de barreiras geográficas, econômicas e tecnológicas, o estudo busca fornecer subsídios para a compreensão de como essa modalidade pode atender às demandas de uma sociedade cada vez mais conectada e desigual. Ademais, o trabalho contribui academicamente ao ampliar o entendimento sobre a integração de metodologias ativas e tecnologias educacionais, abordando tanto as potencialidades quanto os desafios da modalidade. Por fim, a pesquisa tem relevância científica ao fomentar discussões sobre as melhores práticas e estratégias para aprimorar a EaD, consolidando sua importância como ferramenta de transformação social e educacional.

Diante deste cenário, este trabalho tem como objetivo geral analisar como a EaD contribui para a democratização do ensino e a inclusão educacional no Brasil, considerando suas potencialidades, desafios e impactos sociais. Especificamente, busca-se compreender as transformações proporcionadas pela integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ao processo educacional, identificar os desafios estruturais e pedagógicos enfrentados pela EaD no contexto brasileiro e propor estratégias para o aprimoramento dessa modalidade com base em dados e reflexões teóricas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia deste estudo segue uma abordagem qualitativa, fundamentada nos princípios metodológicos descritos por Gil (2019), com o objetivo de investigar os impactos da Educação a Distância (EaD) na inclusão educacional e no ensino superior brasileiro. Caracterizada como uma pesquisa exploratória e descritiva, a investigação busca compreender as transformações proporcionadas pela integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), bem como identificar os desafios e propor estratégias para o aprimoramento dessa modalidade educacional.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica e documental, abrangendo publicações acadêmicas e documentos institucionais selecionados com base em sua relevância teórica e metodológica para o tema, independentemente de seu período de publicação. As fontes foram selecionadas em bases de dados amplamente reconhecidas, como Scielo, Capes Periódicos e Google Scholar, priorizando materiais que abordassem de maneira teórica e prática a EaD no contexto brasileiro. A análise dos dados focou na identificação de padrões e lacunas relacionados à inclusão digital, ao acesso educacional e às desigualdades estruturais enfrentadas pela EaD.

Adicionalmente, foram consultados relatórios de órgãos oficiais e normativas educacionais que regulamentam a modalidade EaD no Brasil, a fim de contextualizar as análises e assegurar a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa. A abordagem interpretativa foi utilizada para integrar os dados obtidos, possibilitando reflexões críticas sobre os impactos e as potencialidades da EaD na democratização do ensino superior e no enfrentamento das desigualdades educacionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EaD tem demonstrado significativa evolução no Brasil, tanto em termos de abrangência quanto em termos qualitativos, posicionando-se como uma das modalidades educacionais mais inclusivas e democráticas disponíveis na atualidade. Desde seus primórdios, com os cursos por correspondência, rádio e televisão, até o cenário atual, pautado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a EaD tem superado barreiras de acesso e conquistado maior aceitação social. Este processo histórico reflete a capacidade dessa modalidade de adaptação às transformações tecnológicas e às demandas educacionais do país, rompendo barreiras físicas e temporais e proporcionando educação acessível a diversas camadas sociais (Alves, 2011).

Um dos pontos centrais discutidos é a flexibilidade oferecida pela EaD, que permite aos estudantes adaptar seus horários e locais de estudo, favorecendo aqueles que, por razões geográficas ou econômicas, não têm acesso à educação presencial. Essa característica se torna ainda mais relevante no contexto brasileiro, marcado por desigualdades regionais e sociais. Segundo Fonseca (2022), a EaD é uma modalidade que exige autonomia do aluno, pois, embora possibilite flexibilidade, demanda organização e compromisso para o gerenciamento do tempo e das atividades propostas.

A pandemia da COVID-19 destacou tanto as potencialidades quanto os desafios da EaD, evidenciando sua relevância em situações emergenciais. Durante esse período, a EaD foi utilizada amplamente para assegurar a continuidade dos processos educacionais, sendo eficaz quando apoiada por planejamento pedagógico estruturado e recursos tecnológicos adequados (Saviani, 2020). No entanto, a emergência do contexto pandêmico levou à implementação de práticas conhecidas como Ensino Remoto (ER), que diferem da EaD em aspectos estruturais e metodológicos. O ER, caracterizado pela adaptação improvisada de atividades presenciais para o ambiente virtual, revelou limitações como a ausência de um projeto pedagógico previamente planejado, deficiências na capacitação docente para o uso de tecnologias digitais e a precariedade da infraestrutura em muitas instituições (Moreira; Schlemmer, 2020).

Essa distinção é importante, pois enquanto a EaD se caracteriza por ser uma modalidade regulamentada, com planejamento sistemático e suporte tecnológico concebidos para o ensino a distância, o ER surge como uma resposta emergencial, muitas vezes sem cumprir os requisitos básicos de qualidade. Dessa forma, o cenário pandêmico reforçou a necessidade de investimentos contínuos em formação docente, desenvolvimento de metodologias específicas para a EaD e aprimoramento de ferramentas tecnológicas que promovam a interação e a aprendizagem efetiva em ambientes virtuais.

A autonomia do aluno é outro aspecto amplamente debatido na literatura, sendo apontada como um dos pilares para o sucesso na EaD. Segundo Fonseca (2022), a presença social nos ambientes virtuais, ou seja, a percepção do aluno em relação a si mesmo e aos seus pares, desempenha papel essencial para o engajamento e a aprendizagem ativa. Nesse sentido, a mediação pedagógica por parte dos professores e tutores torna-se indispensável para criar um ambiente de aprendizado interativo e colaborativo.

Além da autonomia, a participação ativa dos alunos é incentivada por meio de metodologias ativas que colocam o estudante no centro do processo educacional. Para Almeida (2020), essas práticas promovem a construção do conhecimento de forma significativa, possibilitando que o aluno compreenda e reflita sobre o próprio aprendizado. Isso requer, contudo, a preparação docente e o uso de recursos tecnológicos que atendam às demandas específicas de cada grupo de estudantes.

A integração das TICs ao processo educacional transformou a EaD em uma modalidade capaz de atender a muitos estudantes simultaneamente. Conforme Nascimento (2019), a democratização do ensino superior no Brasil é resultado direto dessa transformação tecnológica, que reduziu distâncias geográficas e ampliou o acesso a diversas oportunidades educacionais. Isso é particularmente relevante em um país com dimensões continentais e desigualdades acentuadas, como o Brasil.

Embora a EaD seja amplamente reconhecida como uma modalidade democrática, ainda enfrenta preconceitos e desafios relacionados à sua qualidade e à validade dos diplomas emitidos. Segundo Prado e Rosa (2008), a resistência ao novo e ao desconhecido tem sido um entrave para a plena aceitação dessa modalidade. Essa resistência, muitas vezes baseada em paradigmas tradicionais da educação presencial, reforça a necessidade de conscientização sobre os benefícios e potencialidades da EaD.

Outro desafio importante é a infraestrutura necessária para a implementação de programas de EaD de qualidade. Como apontam Baseggio e Muniz (2009), a falta de suporte técnico e a inadequação de ferramentas digitais podem comprometer o processo de ensino-aprendizagem, causando frustração entre alunos e professores. Para superar esses obstáculos, é essencial que as instituições de ensino invistam em equipes multidisciplinares, capazes de oferecer suporte técnico e pedagógico adequado.

A formação continuada dos profissionais da educação também é um elemento importante para o sucesso da EaD. Almeida (2003) destaca que a preparação dos professores deve incluir o domínio de ferramentas digitais, a capacidade de organizar conteúdos de maneira atraente e a habilidade de criar estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos, melhorando a qualidade do ensino e contribuindo para a valorização da modalidade como um todo.

No que diz respeito aos aspectos legais, a regulamentação da EaD no Brasil, por meio de leis como a LDB (Brasil, 1996) e o Decreto nº 9.057 (Brasil, 2017), foi fundamental para consolidar sua credibilidade. Essas normativas garantem que a modalidade seja oferecida de maneira organizada, com diretrizes claras para a avaliação, certificação e funcionamento dos cursos. Além disso, iniciativas como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) têm desempenhado um papel importante na expansão e interiorização da educação superior, ampliando o alcance da EaD em todo o território nacional (Brasil, 2006).

A pandemia também trouxe lições importantes sobre as potencialidades da EaD, especialmente no que diz respeito ao uso de tecnologias avançadas, como a Inteligência Artificial (IA). Ferramentas como assistentes virtuais, plataformas interativas e sistemas de detecção de plágio estão redefinindo os processos educacionais, tornando-os mais eficientes e personalizados (Costa; Filho; Bottentuit Júnior, 2019). No entanto, para que esses avanços sejam plenamente aproveitados, é necessário investir em infraestrutura e na capacitação de professores e alunos para lidar com essas tecnologias.

Por fim, a EaD tem se mostrado uma modalidade de ensino capaz de promover a inclusão educacional e a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. No entanto, é imprescindível que as instituições de ensino e os formuladores de políticas públicas estejam atentos às limitações e desafios ainda existentes. Investir em planejamento, infraestrutura, formação docente e suporte técnico são passos fundamentais para assegurar que a EaD continue cumprindo seu papel transformador na sociedade brasileira.

4 CONCLUSÃO

A EaD tem se revelado uma modalidade de ensino fundamental para a promoção da inclusão educacional e democratização do acesso à educação no Brasil. A partir da análise realizada, é evidente que o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desempenhou um papel central na expansão e consolidação dessa modalidade, permitindo que barreiras geográficas, sociais e econômicas fossem superadas. Ao longo dos últimos anos, especialmente durante a pandemia de COVID-19, a EaD demonstrou ser uma alternativa viável e estratégica para garantir a continuidade dos processos educacionais, mesmo diante de desafios sem precedentes.

Contudo, o crescimento da EaD também expôs fragilidades que demandam atenção. A desigualdade no acesso à internet, a insuficiência de infraestrutura tecnológica e a necessidade de capacitação docente e discente evidenciam lacunas que precisam ser preenchidas para que a modalidade alcance seu pleno potencial. Além disso, a distinção entre EaD planejada e o Ensino Remoto Emergencial (ER) destacou a importância de um planejamento pedagógico sólido e de recursos adequados para assegurar a qualidade do ensino ofertado.

Os resultados deste estudo apontam para a necessidade de investimentos contínuos em políticas públicas que fomentem a inclusão digital, o desenvolvimento de metodologias pedagógicas específicas e a formação continuada de professores. Tais ações são essenciais para transformar os avanços tecnológicos em oportunidades efetivas de aprendizado, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais em um país marcado por profundas disparidades regionais e sociais.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o uso exclusivo de dados secundários provenientes de fontes bibliográficas e documentais. Embora essas fontes tenham fornecido uma base para as análises, a ausência de dados primários, como entrevistas ou questionários aplicados diretamente a estudantes e docentes envolvidos na modalidade EaD, pode ter restringido uma compreensão mais profunda das experiências práticas e das percepções individuais. Além disso, a pesquisa limitou-se ao contexto educacional brasileiro, não abrangendo comparações com experiências internacionais que poderiam enriquecer a discussão sobre as potencialidades e desafios da EaD em diferentes realidades socioeconômicas.

Quanto às perspectivas para estudos futuros, recomenda-se a realização de investigações empíricas que contemplem a coleta de dados primários, a fim de explorar as experiências e percepções de alunos e professores sobre a EaD, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. Pesquisas que avaliem o impacto de políticas públicas voltadas à inclusão digital e à expansão da infraestrutura tecnológica também podem contribuir para a formulação de estratégias mais eficazes. Ainda, estudos comparativos entre a EaD e o ensino presencial, focando nos resultados de aprendizagem e na equidade educacional, são essenciais para

aprofundar o entendimento sobre os limites e as potencialidades de cada modalidade no cenário educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. G. de. Aprendizagem ativa e deeper learning: reflexões sobre as demandas por uma educação em compasso com seu tempo. **Educação (UFSM)**, v. 45, n. 4, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/37035>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, p. 83-92, 2011. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/issue/view/13/3>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BASEGGIO, K. R.; MUNIZ, E. P. Autonomia do aluno de EAD no Processo de Ensino e de Aprendizagem. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 1-16, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650329006.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília: Presidência da república, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 2 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

COSTA, M. J. M.; FILHO, J. C. F.; BOTTENTUIT JÚNIOR, J. B. Inteligência Artificial, blended learning e educação a distância: contribuições da IA na aprendizagem on-line a distância. **TICs & EaD em Foco**, v. 5, n. 1, p. 54-68, 2019. Disponível em: <https://www.uemanet.uema.br/revista/index.php/ticseadfoco/article/view/428/317>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FONSECA, R. G. P. **O lugar da autonomia no processo de aprendizagem na Educação a distância**: análise de um curso de Pedagogia. 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital *onlife*. **Revista UFG**, v. 20, p. 1-35, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438/36079>. Acesso em: 19 jan. 2025.

NASCIMENTO; R. A. **Educação a distância e reputação**: desafios do ensino superior brasileiro. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Digital) – Faculdade de

Filosofia e Ciências Sociais, Braga, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/29493>. Acesso em: 19 jan. 2025.

PLASCAK, N.; BIBIANO, B. EAD como caminho para a mudança. **Estadão**, 2024.
Disponível em: <https://publicacoes.estadao.com.br/guia-da-faculdade/artigos/ead-como-caminho-para-a-mudanca/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

PRADO, E. C. do; ROSA, A. C. S. da. A interatividade na educação a distância: avanços e desafios. **EccoS**, v. 10, n. 1, p. 169-187, 2008. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/715/71510109.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, v. 10, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em:
<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1463/858>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SIMÃO, V. A.; COSTA, M. L. F.; BURCI, T. V. L.; OLIVEIRA, D. H. I. de; OLIVEIRA, F. R. de. Tecnologias digitais na educação: possibilidades e fragilidades. **Contemporary Journal**, v. 3, n. 9, p. 14872-14892, 2023. Disponível em:
<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/download/1706/1150/4600>. Acesso em: 21 jan. 2025.